DOFe | DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

Edição Eletrônica Certificada Digitalmente Conforme Lei Complementar Nº261 de 23 de junho de 2015.

Diário n. 752 de 28 de janeiro de 2019

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça
Eduardo Barreto d' Avila Fontes
Corregedora-Geral
Maria Conceicao de Figueiredo Rolemberg
Coordenadora-Geral
Ana Christina Souza Brandi
Ouvidor
Carlos Augusto Alcântara Machado

Colégio de Procuradores de Justiça
Eduardo Barreto d'Avila Fontes (Presidente)
Moacyr Soares da Mota
José Carlos de Oliveira Filho
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
Rodomarques Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário
Josenias França do Nascimento
Ana Christina Souza Brandi
Celso Luís Dória Leó
Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg
Carlos Augusto Alcântara Machado
Ernesto Anízio Azevedo Melo
Jorge Murilo Seixas de Santana (Secretário)
Paulo Lima de Santana (Suplente do Secretário)

Secretária-Geral do MPSE
Maria Helena Moreira Sanches Lisboa

Assessor-Chefe do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Arnaldo Figueiredo Sobral

Escola Superior do Ministério Público de Sergipe
Diretor-Geral: Newton Silveira Dias Junior
Coordenador de Ensino: Sandro Luiz da Costa

Conselho Superior do Ministério Público
Eduardo Barreto d'Avila Fontes (Presidente)
Procurador-Geral de Justiça
Maria Conceicao de Figueiredo Rolemberg
Corregedora-Geral

Membros
Josenias França do Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
Maria Helena Moreira Sanches Lisboa
Secretária

SEQUÊNCIA DOS ÓRGÃOS / PUBLICAÇÕES
1. Procuradoria Geral de Justiça
2. Colégio de Procuradores de Justiça
3. Conselho Superior do Ministério Público
4. Corregedoria Geral do Ministério Público
5. Coordenadoria Geral do Ministério Público
6. Ouvidoria do Ministério Público
7. Procuradorias de Justiça
8. Promotorias de Justiça
9. Centro de Apoio Operacionais
10. Escola Superior do Ministério Público
11. Secretaria Geral do Ministério Público/Diretorias

1. PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos de Distribuição

AVISO Nº 009/2019 - O Conselho Superior do Ministério Público - CSMP, nos termos do que dispõe o artigo 99 do seu Regimento Interno e ainda o previsto no art. 9º e § 2º da Lei 7.347/85, avisa às associações e pessoas legitimadas, para eventual manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, que serão submetidas para apreciação em Reunião Ordinária do citado órgão Colegiado, as PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO alusivas aos Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Civis e aos Inquéritos Civis adiante relacionados:

01 - Inquérito Civil PROEJ nº 38.16.01.0137 - Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Adailton dos Santos, Ângela M. A. de S. Melo, Evanildo dos S. Oliveira e Valdiclésia da S. S. Matos e Gilzete Dionísia de Matos. Assunto: Supostas irregularidades no projeto de construção de um conjunto habitacional no Povoado São Matheus, Gararu/SE;

02 - Inquérito Civil PROEJ nº 85.18.01.0001 - 2ª Promotoria de Justiça de Tobias Barreto. Interessados: Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde (gestão passada). Assunto: Suposta não conclusão da construção da UBS- Poço da Clara pela gestão municipal passada, apesar de ter recebido os recursos advindos do Ministério da Saúde;

03 - Inquérito Civil PROEJ nº 50.18.01.0011 - Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de Itabaiana. Interessados: CACS/FUNDEB Itabaiana e Município de Itabaiana. Assunto: Averiguar a utilização de recursos do FUNDEB e MDE em 2013, 2014, 2015 e 2016 na gestão municipal de Itabaiana/SE;

04 - Inquérito Civil PROEJ nº 50.18.01.0012 - Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de Itabaiana. Interessados: CACS - FUNDEB - Itabaiana e Município de Itabaiana. Assunto: Averiguar a utilização de recursos do FUNDEB e MDE em 2013, 2014, 2015 e 2016 na gestão municipal de Itabaiana/SE;

05 - Inquérito Civil PROEJ nº 38.17.01.0178 - Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Elixamdra Alves da Silva Menezes e Michel de Lima Farias. Assunto: Suposta dificuldade que a Sra. Elixamdra Alves da Silva Menezes teve para receber sua garantia-safra, já tendo tentado solucionar o problema diversas vezes na EMDAGRO;

06 - Inquérito Civil PROEJ nº 38.17.01.0093 - Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Estado de Sergipe. Assunto: Supostas infiltrações no prédio do Complexo Policial de Nossa Senhora de Lourdes;

07 - Inquérito Civil PROEJ nº 50.18.01.0013 - Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de Itabaiana. Interessados: CACS - FUNDEB - Itabaiana e Município de Itabaiana. Assunto: Averiguar a utilização de recursos do FUNDEB e MDE em 2016 na gestão municipal de Itabaiana/SE;

08 - Inquérito Civil PROEJ nº 33.17.01.0132 - Promotoria de Justiça de Ribeirópolis. Interessados: Tribunal Regional do Trabalho, APEC, Município de Ribeirópolis e MULTICOOB. Assunto: Supostas irregularidades na contratação da senhora

Joseane Lima Costa Barbosa para prestar serviço na urgência do hospital, localizado em Ribeirópolis;

09 - Inquérito Civil PROEJ nº 33.17.01.0133 - Promotoria de Justiça de Ribeirópolis. Interessados: Tribunal Regional do Trabalho e APEC, Município de Ribeirópolis e MULTICOOB. Assuntos: Supostas irregularidades na contratação da senhora Thatiane Pereira dos Santos para prestar serviço na urgência do hospital, localizado em Ribeirópolis;

10 - Inquérito Civil PROEJ nº 17.17.01.0133 - 1ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Patrimônio Público e na Área da Previdência Pública. Interessados: Ministério Público Estadual de Sergipe e Norberto Alves Júnior "Zezinho do Bugio". Assunto: Suposto recebimento ilegal de vencimentos de parlamentar e de terceiro sargento da Polícia Militar da ativa por parte do vereador Norberto Alves Júnior "Zezinho do Bugio";

11 - Inquérito Civil PROEJ nº 54.18.01.0045 - 9ª Promotoria de Justiça do Cidadão - especializada na Defesa dos Direitos à Saúde. Interessados: Secretaria dos Direitos Humanos de Brasília - Disque 100 e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes. Assunto: Suposta negligência sofrida por nascituro na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes;

12 - Inquérito Civil PROEJ nº 06.16.01.0004 - Promotoria de Justiça de Japaratuba. Interessados: Ministério Público de Sergipe Ex Officio e Município de Pirambu. Assunto: Implementação do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Pirambu;

13 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 30.18.01.0057 - Promotoria de Justiça de Arauá. Interessados: Edriana Santos Almeida e Município de Pedrinhas. Assunto: Suposta necessidade de que o Município de Pedrinhas viabilize um transporte para os menores K. K. S. A. e K.M. S. A., darem continuidade a tratamento médico em Aracaju;

14 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 59.18.01.0087 - Promotoria de Justiça de Nossa Senhora do Socorro. Interessados: Sigiloso através da Ouvidoria do Ministério Público de Sergipe, Nilclecia dos Santos e Shirley Mignac dos Santos. Assunto: Verificar a convocação de uma conselheira Tutelar;

15 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 78.18.01.0014 - Promotoria de Justiça de Boquim. Interessados: Conselho Tutelar de Boquim e Kennedy Junio dos Santos. Assunto: Investigar a paternidade da criança M.J.S.;

16 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 78.18.01.0034 - Promotoria de Justiça de Boquim. Interessados: Marivalda Isidório de Jesus, Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde. Assunto: Viabilizar o fornecimento de oxigenioterapia domiciliar para o Sr. Daniel Isidório de Jesus, 72 anos, o qual é portador de insuficiência cardíaca descompensada e DPOC;

17 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 40.18.01.0041 - 1ª Promotoria de Justiça de Lagarto. Interessados: Lourdes Goretti de Oliveira Reis e Município de Lagarto. Assunto: Suposta irregularidade na retomada da obra da creche do bairro Mesquita;

18 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 40.18.01.0042 - 1ª Promotoria de Justiça de Lagarto. Interessados: Lourdes Goretti de Oliveira Reis e Município de Lagarto. Assunto: Suposta irregularidade na retomada da obra da escola do povoado Tanque;

19 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 40.18.01.0049 - 1ª Promotoria de Justiça de Lagarto. Interessados: Ministério Público de Sergipe e ADEMA. Assunto: Suposta irregularidade na concessão da Licença de Operação do Matadouro Municipal de Lagarto;

20 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 40.18.01.0040 - 1ª Promotoria de Justiça de Lagarto. Interessados: Lourdes Goretti de Oliveira Reis e Município de Lagarto. Assunto: Suposta irregularidade na retomada das obras da Unidade de Beneficiamento de Raiz de Mandioca e seus derivados;

21 - Inquérito Civil PROEJ nº 11.18.01.0009 - 4ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Acidentado do Trabalho, do Idoso, da Pessoas com Deficiência, dos Direitos Humanos em Geral e dos Direitos da Mulher. Interessados: Sigiloso e Clínica Climedi. Assunto: Suposto descumprimento da Clínica Climedi à lei que determina atendimento preferencial aos idosos;

22 - Inquérito Civil PROEJ nº 05.17.01.0199 - 5ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural. Interessados: Anne Karoline Messias Santos e Carlos / Pitucos Bar. Assunto: Suposta irregularidade ambiental do estabelecimento comercial "PITUCOS BAR", localizado também na Rua Distrito Federal, nº 1151, Siqueira Campos, tendo em vista a poluição sonora supostamente provocada pelo estabelecimento comercial;

23 - Inquérito Civil PROEJ nº 05.16.01.0249 - 5ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Meio Ambiente,

Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural. Interessados: Marcos Santana Carvalho e Prefeitura Municipal de Aracaju / EMURB. Assunto: Suposta ausência de infraestrutura em uma rua inacabada situada entre os Condomínios Renaissance e Front Garden, mais precisamente a que interliga a Rua Cordeiro de Morais à Avenida Gen. Djenal Tavares de Queiroz, bairro Luzia, Aracaju/SE;

24 - Inquérito Civil PROEJ nº 24.18.01.0009 - Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de São Cristóvão. Interessados: Conselho Estadual de Educação e Escolinha Pequeno Saber. Assunto: Averiguar entrega de acervo da Escolinha Pequeno Saber;

25 - Inquérito Civil PROEJ nº 22.15.01.0009 - Promotoria de Justiça de Capela. Interessados: Ministério Público de Sergipe, HD Magalhães Publicidade e Eventos Ltda Me, José Italo Todde e Manoel Messias Sukita Santos. Assunto: Apurar eventual cometimento de improbidade administrativa;

26 - Inquérito Civil PROEJ nº 04.16.01.0010 - 1ª Promotoria de Justiça de Barra dos Coqueiros. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Letícia dos Santos. Assunto: Suposta situação de vulnerabilidade vivida pela idosa Olga Santana dos Santos;

27 - Inquérito Civil PROEJ nº 56.17.01.0003 (02 volumes) - 1ª Promotoria de Justiça Distrital de Nossa Senhora do Socorro. Interessados: Erinaldo dos Santos Feitosa e Município de Nossa Senhora do Socorro. Assunto: Suposta falta de materiais para curativos e fraldas no estoque do Município de Nossa Senhora do Socorro;

28 - Inquérito Civil PROEJ nº 38.14.01.0019 (02 volumes) - Promotoria de Justiça de Gararu. Interessados: Coletividade e Estado de Sergipe. Assunto: Acompanhar e fiscalizar a implantação e funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais para oferta de Atendimento Educacional Especializado nas Escolas Estaduais Nelson Resende e Albuquerque, em Gararu/SE, Almirante Tamandaré, em Nossa Senhora de Lourdes, e Dr. Eronildes de Carvalho, em Canhoba/SE;

29 - Inquérito Civil PROEJ nº 50.17.01.0018 (03 volumes) - Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de Itabaiana. Interessados: CACS/FUNDEB Itabaiana e Prefeitura de Itabaiana. Assunto: Averiguar a utilização de recursos do FUNDEB e MDE em 2015 na gestão municipal de Itabaiana;

30 - Inquérito Civil PROEJ nº 33.12.01.0041 (05 volumes e 03 anexos) - Promotoria de Justiça de Ribeirópolis. Interessados: José Jairson da Graça e Município de São Miguel do Aleixo. Assunto: Suposta irregularidade na aquisição de combustível por parte do Município de São Miguel do Aleixo.

Aracaju (SE), 28 de janeiro de 2019.

Maria Helena Moreira Sanches Lisboa

Secretária do CSMP

4. CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

5. COORDENADORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

6. OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

7. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

8. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

3ª Promotoria de Justiça Criminal - Socorro

Portaria de instauração de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil

PORTARIA N.º 001/2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, por intermédio do Promotor de Justiça in fine assinado, no uso de suas atribuições legais previstas nos arts. 127 e 129, incisos I, II, VIII e IX da Constituição Federal, art. 26 da lei 8.625/93(Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), art. 8º da Lei Complementar 75/1993, art. 118, inciso I da Constituição Estadual, arts. 39 incisos X e 44, incisos IV e X, alínea "a", da Lei Complementar Nº 02, de 12 de novembro de 1990, e art. 4º parágrafo único do Digesto Processual Penal Brasileiro.

CONSIDERANDO que, por força do art. 129, inciso II, da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do art. 127, a "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que o art. 280, inc. VI, § 4º, da Lei 9.503/97 define que o agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios constitucionais, e no caso especificamente aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, e eficiência;

CONSIDERANDO que a observância dos princípios constitucionais é cogente, de forma que qualquer ato que deles destoe é inválido, acarretando em sanções para o responsável;

CONSIDERANDO que constitui improbidade administrativa atentar contra os princípios constitucionais, consoante prescreve o art. 11, da Lei nº 8.429/1992, sujeitando o infrator às penalidades cabíveis;

CONSIDERANDO que tramita perante esta 3ª Promotoria de Justiça Criminal, especializada no Controle Externo da Atividade Policial, o procedimento extrajudicial - PROEJ nº 77.18.01.0006, registrado através de declínio de atribuição oriundo da 3ª promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão, tendo sido inicialmente instaurado pela referida Promotoria através de peças de informação encaminhadas pela Corregedoria Geral de Justiça do TJSE decorrentes de reclamação formulada pelo Sr. José

Fernando Cardoso do Carmo Júnior, visando apurar suposta prática do crime de abuso de autoridade, perpetuada por policiais do 5º Batalhão da Polícia Militar;

CONSIDERANDO que o Controle Externo da Atividade Policial também visa, nos termos da Resolução nº 20/07, a manutenção da regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial, bem como a integração das funções do Ministério Público e das Polícias voltadas para a persecução penal e o interesse público, objetivando, dentre outros, a finalidade, a celeridade, o aperfeiçoamento e a indisponibilidade da persecução penal, bem como a probidade administrativa no exercício da atividade policial.

CONSIDERANDO que o inquérito civil, de natureza unilateral e facultativa, será instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Públicos nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação apara o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (artigo 1º da Resolução nº 02/2008 - CSMP);

CONSIDERANDO a necessidade de adequação às normas estabelecidas pela Resolução nº 008/2015 do CPJ;

RESOLVE, com supedâneo no do art. 6º da Resolução 008/2015 do CPJ, INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL, DETERMINANDO-SE as seguintes providências:

1) REGISTRAR e AUTUAR o presente, com as devidas alterações do procedimento instaurado no sistema Proej, observadas as disposições contidas na Resolução nº 008/2015 do CPJ;

2) AFIXAR a presente portaria em local de costume, nos termos do art. 9º, inciso VII, da resolução nº 008/2015-CPJ;

3) REALIZAR a publicação no diário oficial eletrônico do Ministério Público de Sergipe;

Adotadas tais providências, volvam-me conclusos os autos para ulteriores diligências.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 10 de janeiro de 2019

CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PROMOTORA DE JUSTIÇA

Curadora do Controle Externo da Atividade Policial

9. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOP'S

(Não houve atos para publicação)

10. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

11. SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO/DIRETORIAS

Diretoria de Recursos Humanos

EXTRATO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

Portaria nº 081/19, de 18 de janeiro de 2019, que designa servidores para gerir e fiscalizar o Contrato 001/2019 firmado entre o Ministério Público de Sergipe e a empresa OFICINA DE PROJETOS - EPP.

Aracaju, 21 de janeiro de 2019.

Maria Helena Moreira Sanches Lisboa

Secretária-Geral do Ministério Público

Diretoria de Recursos Humanos

EXTRATO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

Termo de Convênio datado de 28 de janeiro de 2019, que autorizou a cessão do militar EDMILSON TAVEIROS DE MENEZES, da Polícia Militar do Estado de Sergipe, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 19/03/2019 a 18/03/2020.

Termo de Convênio datado de 28 de janeiro de 2019, que autorizou a cessão do militar JOSÉ CARLOS ALVES SANTOS, da Polícia Militar do Estado de Sergipe, para o Ministério Público do Estado de Sergipe, com ônus para o órgão de origem, pelo período de 19/03/2019 a 18/03/2020.

Aracaju, 28 de janeiro de 2019.

Maria Helena Moreira Sanches Lisboa

Secretária-Geral do Ministério Público
